PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº3107/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 23/2016

Objeto: aquisição de passagens para transportes rodoviários.

A Assessoria Jurídica do Município de Ubitatã, por meio do seu procurador jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar parecer jurídico do processo administrativo em epígrafe.

A abertura do presente procedimento observa o que dispõe o rol taxativo do art. 25 inciso II, §1º da Lei 8.666/1993, sendo o preço contratado coerente com o praticado no mercado, conforme pode ser comprovado nos orçamentos constantes nos autos do Processo. Ademais, a regularidade da proponente com suas obrigações fiscais estão devidamente comprovadas nos autos, representada pelas suas respectivas certidões.

Consiste o presente processo de licitação, para aquisição de passagens de transportes coletivos (ônibus), destinados aos servidores públicos do município de Ubitatã PR que viaja a trabalho ou treinamento. Além de oferecer auxílio transporte quando necessário, a pacientes, no sentido Ubitatã Curitiba ou Curitiba Ubitatã. Justifica – se tal procedimento em virtude do Município dispor somente de uma empresa de Ônibus, que faça este trajeto. Sendo assim não caberá a Administração Municipal uma outra escolha. Descendo ao município a observância do Art. 25 da Lei nº 8666/93.

Segundo informa o parecer contábil, verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Dessa forma, é dispensável o processo licitatório, segundo a literalidade do artigo 25 da Lei 8.666/1993 e por esse motivo é adotada a inexigibilidade de licitação, reservando à Administração Pública a discricionariedade para decidir diante do caso concreto, dispensando assim o certame, porém, deixando em evidência o interesse público.

É o parecer.

Ubitatã-PR, 31 de Maio de 2015.

Duarte Xavier de Moraes
Assessor Jurídico OAB/PR 48.534